



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

Informativo

UNIÃO EUROPEIA

Edição 31 - Abril de 2016

facebook.com/canaldoprodutor

twitter.com/canaldoprodutor

canaldoprodutor.com.br

Lobby agrícola faz críticas infundadas ao Mercosul

Desde que a União Europeia e o Mercosul retomaram o diálogo para realizar a troca de ofertas e cumprir um cronograma de negociações que levasse a um acordo de livre comércio entre os dois blocos, o setor agrícola europeu não tem medido esforços para distorcer a imagem sul-americana e amedrontar os produtores da UE com uma possível invasão de produtos vindos do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Prova disso é que 20 dos 28 Estados-Membros da União Europeia, que no fim do ano passado eram favoráveis à troca de ofertas, demonstraram contrariedade e preocupações com o que será incluído nas propostas. As sensibilidades agrícolas estão no topo dos argumentos, sobretudo no setor de carne bovina.

A esses países, somaram-se as vozes de federações agrícolas e da Copa-Cogeca, maior representante do setor. Em um discurso afinado, todos querem que a Comissão Europeia apresente sua proposta ao Mercosul sem incluir as cotas que seriam liberalizadas para a exportação na área agrícola, as chamadas cotas tarifárias (TRQs). Pedem primeiro um estudo sobre o impacto da abertura de mercado ao Mercosul. Além disso, querem garantir uma análise precisa e clara sobre todas as concessões oferecidas nas negociações em curso com Estados Unidos e Japão, e nas que estão por vir com Austrália, Nova Zelândia e Indonésia.

Quando a Comissão Europeia recebeu o aval dos Estados-Membros para

apresentar sua proposta ao Mercosul e vice-versa, retomou o diálogo com a certeza de que estava alinhada com os países que compõem o bloco europeu. Tanto que a Direção-Geral de Comércio (DG-Trade) alegou estar em sintonia com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DG-Agri).

No entanto, o vazamento da informação de que a União Europeia estaria disposta a oferecer ao bloco sul-americano uma cota de 78 mil toneladas para a entrada de carne bovina, 3 mil toneladas de cortes suínos premium e 9,25 mil toneladas de outros cortes de suínos, uma mobilização intensa contrária ao acordo passou a ser divulgada diariamente.

Os irlandeses, maiores opositores à entrada de carne do Mercosul na União Europeia, junto com a França, usaram sites para publicar reportagens abusivas sobre os riscos do acordo. A Irlanda exporta mais de 90% de sua produção de carne bovina para países dentro da UE. O presidente da Interbev, porta-voz da indústria do gado e de carne na França, Dominique Langlois, enviou uma carta ao presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, pedindo a exclusão de cotas de carne na negociação.

A Irish Farm Association (IFA), disse que um acordo comercial com o Mercosul custaria € 36 bilhões a agricultura europeia. A Copa-Cogeca realizou em Bruxelas um evento para discutir o impacto do acordo com o Mercosul. No discurso, o Brasil e os países do Mercosul foram acusados de práticas

irresponsáveis com todos os argumentos disprovidos de respaldo científico e com forte caráter emocional.

A realidade passada pelas manifestações dessas instituições é distorcida e não condiz com a produção agropecuária no Brasil. Ela demonstra, na verdade, primeiro a falta de conhecimento sobre a realidade brasileira. Segundo, é uma oportunidade de disseminar informações incorretas, acusar injustamente o agricultor brasileiro de não seguir padrões europeus. Na verdade, essas entidades têm quase certeza de que ninguém investigará se elas dizem a verdade ou não.

Nesse sentido, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) está trabalhando junto a órgãos do governo brasileiro e representações na União Europeia respondendo aos atores europeus com posicionamentos que deixam claros todos os esforços e o comprometimento do setor agrícola brasileiro com a qualidade de produção e transparência na informação. A CNA está acompanhando de perto o andamento das discussões e faz um controle diário sobre as informações divulgadas e como elas podem atingir o setor agropecuário brasileiro

O Mercosul é o oitavo maior parceiro comercial da União Europeia, enquanto que a UE é o maior investidor no bloco sul-americano. O acordo vem sendo defendido pela CNA desde o início das suas negociações e segue no foco das prioridades na área internacional.

Europeus tentam prejudicar imagem do café brasileiro

A Organização Não Governamental (ONG) dinamarquesa Danwatch, que defende a bandeira do não uso de pesticidas, está tentando distorcer a imagem dos produtores brasileiros de café na Europa. Uma reportagem extensa fala sobre o uso de defensivos agrícolas nas plantações

de café. Na tentativa de dar credibilidade a si mesma, a reportagem afirma que uma equipe da ONG realizou um longo trabalho de pesquisa nas plantações. Afirma também que conversou com trabalhadores da área, especialistas e sindicatos. Assim, seria capaz de concluir

que muitos dos pesticidas utilizados nas plantações de café brasileiros são classificados como altamente tóxicos.

Essa não é a primeira vez que a ONG divulga informações especulativas e tendenciosas sobre a nossa produção de

café. Em março deste ano, outra extensa reportagem também foi publicada por eles. Segundo a reportagem, em 2014, mais de 364 toneladas de pesticidas contendo terbufos foram vendidas em três regiões de Minas Gerais, que abrigam a maioria das plantações do grão. O site cita ainda o uso do glifosato, que em 2014 teve 18 milhões de litros vendidos em MG.

Por que o Brasil está sendo atacado dessa maneira? Como já mencionado em outras edições do Informativo União Europeia, uma grande discussão sobre a renovação do uso do glifosato está em pauta na UE. A Comissão Europeia, que é o braço executivo do bloco, propôs estender o uso do herbicida por 15 anos. No Parlamento Europeu, a proposta não foi aceita e os deputados pediram que a renovação seja por apenas sete anos e impuseram muitas restrições à utilização.

Existe um lobby muito forte contra a proposta da Comissão Europeia. A maioria por parte de ONGs, que entraram em uma briga em relação aos critérios de segurança do uso do glifosato e querem o banimento do produto. No entanto, a Agência Europeia de Segurança Alimentar (EFSA) realizou estudos que indicam a segurança do uso do herbicida.

O glifosato é uma substância ativa amplamente utilizada nos herbicidas.

Patenteado no início de 1970, foi introduzido no mercado consumidor em 1974 como um herbicida de amplo espectro e rapidamente se tornou um campeão de vendas. Desde que sua patente expirou, em 2000, o glifosato tem sido comercializado por várias empresas e centenas de produtos fitofarmacêuticos que contêm glifosato estão atualmente registrados na Europa para uso nas culturas.

Mas, afinal, porque o café brasileiro entrou no alvo das discussões? O Brasil é um importante produtor do grão,

que foi a quinta principal commodity exportada pelo país no ano passado. Em 2015, as vendas externas do produto somaram US\$ 6,1 bilhões, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), embarcando 2,1 milhões de toneladas.

A União Europeia, embora imponha barreiras técnicas ao nosso produto, importou do Brasil 947.531 toneladas de café verde, 12.474 toneladas de café solúvel e 459 toneladas de café torrado e moído.

Exportações Brasileiras de Café em 2015

	Valor	Quantidade	Preço Médio
CAFÉS	US\$ Mil	t	US\$/t
Verde	5.555.415	2.005.034	2.777,73
Solúvel	556.404	78.113	7.123,09
Torrado e moído	10.079	1.679	6.001,76
Outros extratos	36.754	6.529	5.629,32
Cascas e películas	88	32	2.781,36
TOTAL	6.158.740	2.091.387	

Fonte: Abic

Vale lembrar que, em março, o Conselho Nacional do Café (CNC) e a Comissão Nacional do Café da CNA, emitiram uma nota de repúdio ao

conteúdo sensacionalista, divulgado por ONGs europeias e que distorceu a imagem da cafeicultura brasileira perante o mundo.

Brasil pede consultas à Indonésia na OMC

O governo brasileiro deve começar ainda esse mês as consultas à Indonésia na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra. O objetivo é discutir as práticas que barram a entrada de carne bovina brasileira naquele país e questionar o governo indonésio sobre o cumprimento do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, em inglês).

O pedido de consultas foi feito em 3 de março e elaborado com o apoio da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). Desde 2009, o mercado da Indonésia está fechado para a carne brasileira. Naquele ano, a Suprema Corte do país asiático impôs medidas após considerar inconstitucional o princípio

da regionalização reconhecido no Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, sigla em inglês) da OMC. A estimativa é que a abertura do mercado indonésio poderia resultar em 30 mil toneladas de carnes brasileiras exportadas por ano para aquele país.

Brasil questiona Nigeria e UE sobre exportação de carnes

O Brasil solicitou a suspensão das barreiras à exportação de carne suína impostas pela União Europeia ao Estado de Santa Catarina. Na última reunião do Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, a delegação brasileira apresentou suas preocupações (Specific Trade Concerns, em inglês), e

questionou o bloco sobre a proibição à exportação de carne suína.

Desde 2007, o governo brasileiro tenta acesso ao mercado europeu para a exportação de carne suína. Mesmo com a implementação de um esquema de produção segregada sem o uso

da ractopamina (Ractopamine-Free Segregated Production, em inglês) e que garante o cumprimento da legislação europeia, não houve liberalização. Em 2013, uma missão realizada pela direção-geral de Saúde e Segurança Alimentar (DG-Sante) da Comissão Europeia deu parecer contrário ao Brasil. No relatório

da missão, constava que o Brasil não tinha um sistema eficiente, capaz de garantir que os produtos eram provenientes de suínos que não receberam ractopamina.

O Brasil contestou o parecer e apresentou provas de que é capaz de exportar carne suína sem resíduos de ractopamina. Agora, por meio da OMC, solicita a retirada da proibição e a abertura do mercado para a exportação brasileira de carne suína.

Os questionamentos à UE e à Nigéria ocorreram por meio de um instrumento chamado Preocupações Comerciais

Específicas (PCEs), que é usado para multilateralizar a negociação de temas de difícil resolução.

Em relação à Nigéria, a preocupação está relacionada às restrições de entrada de carnes bovina e de aves naquele país. Desde 2007, um embargo foi imposto à importação de carnes ou alimentos que contenham carnes. Em 2010, o governo brasileiro enviou aos africanos uma proposta de certificação sanitária, mas como resposta recebeu o argumento de que não estaríamos em conformidade com o Acordo de SPS da OMC.

Os diplomatas brasileiros também fizeram questionamentos sobre os requisitos adotados pela Turquia em relação à rastreabilidade para a exportação de carne bovina. Numa reunião bilateral, a delegação brasileira solicitou informações sobre rastreabilidade. A legislação turca exige a traçabilidade além das exigências da OIE. Desde 2011, o Brasil tenta exportar carne bovina à Turquia, sem êxito. Em julho de 2015, foram retomadas, a pedido do Brasil, as negociações visando à adoção de um Certificado Sanitário Internacional entre os dois países.

Mancha preta em cítricos

Os Estados-Membros da União Europeia aprovaram, em abril, medidas de emergência propostas pela Comissão Europeia para a importação de frutas cítricas do Brasil, África do Sul e Uruguai. As medidas têm como objetivo aumentar a proteção contra a mancha preta, causada pelo fungo *Phyllosticta citricarpa*.

A União Europeia está livre da mancha preta, mas a praga está presente em

países terceiros que exportam para a UE. Após a decisão, África do Sul e Brasil continuam com a obrigação de cumprir exigências mais rigorosas e o Uruguai foi adicionado à lista de países que enfrentam restrições de exportação de cítricos.

Segundo a Copa-Cogeca, maior representante do setor agrícola europeu, em 2015 mais de 70 casos de mancha preta foram confirmados no Uruguai, 17

na Argentina, 15 na África do Sul e 13 no Brasil. O total excederia o limite permitido de 5 casos, estabelecido pela Agência Europeia de Segurança Alimentar (EFSA). Além disso, a Copa-Cogeca questionou a Comissão Europeia sobre os controles de importação de frutas cítricas. De acordo com a instituição, o enfraquecimento dos padrões fitossanitários ameaçaria o agronegócio europeu e poderia comprometer a prevenção da mancha preta.

Armazenamento privado de suínos

Noventa mil toneladas de carne suína e derivados, armazenadas pela Comissão Europeia, voltaram ao mercado em abril, quando terminou o período de armazenamento privado. Cerca de dois

terços desse total foram armazenados por três meses. Esse volume corresponde a 3% da produção mensal da União Europeia e a maioria deve ser destinada à exportação. Porém, se a armazenagem

não tiver sido suficiente para melhorar os preços e aliviar a pressão no mercado, os produtores já anteciparam que vão voltar a pedir outro pacote de armazenagem à Comissão Europeia.

Lei de saúde animal

A União Europeia adotou uma nova legislação para saúde animal. A nova lei entrou em vigor em abril e pretende promover mais eficiência no combate a doenças animais, como a febre aftosa, febre catarral ovina, gripe aviária, etc.

A lei simplifica e substitui uma série de

regras em vigor, com instruções simples e claras no combate a doenças. A legislação ainda esclarece as responsabilidades de criadores de animais, comerciantes, veterinários, das autoridades nacionais e ainda determina as ações de vigilância para que haja menos epidemias nos países da UE.

O Comissário de Saúde e Segurança Alimentar, Vytenis Andriukaitis, disse que a lei permitirá melhorias no controle de doenças animais, menor impacto na agricultura europeia e maior segurança alimentar. 🌿